

Ecologistas aplaudem fim da extração de petróleo no Ártico

29 de Setembro, 2015

As questões ambientais até podem oficialmente ter passado ao lado da decisão da Shell, que ontem anunciou ter desistido da prospeção de petróleo no Alasca, mas foi só aparência, na opinião da Quercus, que se “congratula” com a notícia, avança o Diário de Notícias. Isto porque, para os ambientalistas, nas “entrelinhas” do fim da exploração, justificada pela petrolífera com a acumulação de prejuízos no Ártico – cujo encerramento traduz ainda uma subtração de 3,7 mil milhões de euros aos cofres da empresa – estão também os elevados valores das indemnizações pedidos pelos tribunais americanos quando há algum derrame. E acrescentam que chegou a hora de a Europa seguir esses passos.

“O petróleo está abaixo dos 50 dólares por barril e não compensa o risco da extração em profundidade, podendo provocar um derrame no mar de Chukchi. Com o petróleo em alta, provavelmente, seriam feitas outras contas”, admitiu ao DN o presidente da Quercus, João Branco, recordando a “mão pesada da justiça americana”, que recentemente condenou a companhia petrolífera BP a pagar 16,8 mil milhões de euros pelo derrame de petróleo no golfo do México em 2010.

Uma compensação canalizada para as várias entidades públicas americanas pelos danos ambientais causados, que será a maior indemnização imposta a uma só empresa na história dos EUA. “Este exemplo foi suficientemente dissuasor”, acrescenta o dirigente da Quercus, garantindo que a decisão da Shell deve ser “aplaudida” mesmo que não tenha por detrás quaisquer fins ambientais.

Enquanto a empresa admitia ontem rever o valor das operações no Alasca, onde já investiu 6,3 mil milhões de euros, e avançar para a criação de imparidades perante as potenciais perdas futuras, em Portugal, a Quercus pedia aos tribunais europeus para seguirem o modelo americano.

“Se isto fosse na Rússia, ou noutros países da Europa, como Portugal, a extração devia continuar a ser feita”, admite, alertando para as preocupações ambientais face às concessões para prospeção de gás e petróleo na costa portuguesa, ao largo de regiões como Peniche ou Algarve. “É que se houver algum derrame, os nossos tribunais não condenam as empresas a pagar indemnizações de 16,8 mil milhões de euros, como aconteceu à BP. Mesmo que os prejuízos para a pesca e para o turismo sejam ainda maiores”, refere João Branco, defendendo que o melhor é mesmo prevenir, “evitando fazer extração de petróleo ou gás nos locais mais sensíveis”.